

# **CURRICULUM VITAE ABREVIADO**

## **1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL**

- José Luís de Rezende Moreira da Silva
- Nascido em 26 de Agosto de 1961
- Casado, com dois filhos
- Advogado e Sócio da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, RL
- Domicílio profissional sito na Rua Dom Francisco Manuel de Melo, n.º 21, 1070-085 Lisboa
- [moreira.silva@srslegal.pt](mailto:moreira.silva@srslegal.pt)

## **2. EDUCAÇÃO E EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

### **2.1 HABILITAÇÕES ACADÉMICAS**

- Mestre em Direito (Ciências Jurídico - Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1992);
- Pós-Graduação em Estudos Europeus (Dominante Jurídica) pela Universidade Católica Portuguesa (1986);
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1984).

### **2.2 CURRÍCULO ACADÉMICO**

- Membro do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, colaborando em várias pós-graduações e cursos;
- Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de 1992 a 2004, tendo colaborado na docência das disciplinas de Direito Administrativo I e Direito Constitucional II e assumido as regências de Direito Internacional Público I e Direito Internacional e do Mar;
- Assistente-estagiário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de 1990 a 1992, tendo colaborado na docência da disciplina de Direito Administrativo I;
- Assistente da Universidade Livre em 1986, tendo colaborado na docência da disciplina de Direito Administrativo I e assumido a regência de Direito Económico;
- Monitor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nos anos lectivos de 1983/84 e 1984/85, tendo colaborado na docência da disciplina de Direito Administrativo I.

## **3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

### **3.1 ADVOGACIA**

- Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados, desde 1986, com experiência, principalmente no Direito Administrativo em geral, e em especial, em Direito da Contratação Pública, PPP, transportes, infra-estruturas, portos e aeroportos;
- Sócio Fundador da SRS Advogados desde 2009 e responsável pelos Departamentos de Direito Público e Ambiente na SRS Advogados, desde 2009; até 2010, também responsável pelo Departamento de Contencioso na SRS Advogados;
- Membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da SRS Advogados;

- Responsável pelo Mozambique Desk na SRS Advogados, desde 2013;
- Presidente da Comissão de Direito Administrativo da *Union Internationale des Avocats*, desde 2012, tendo anteriormente exercido o cargo de Presidente da Comissão de Direito Administrativo;
- Responsável pelo Departamento de Direito Público na Simmons & Simmons Rebelo de Sousa & Associados, RL – Sociedade de Advogados, entre 2003 e 2009; Sócio da Simmons & Simmons desde 2006;
- Advogado especialista em Direito Administrativo, nos termos do Regulamento de Especialidades da Ordem dos Advogados em 2004;
- Tem sido sempre referenciado pela Chambers & Partners e pela Legal 500 – a primeira classifica-o enquanto “*leading individual*” na sua área de actuação e idêntica referência é feita pela Legal 500.

### **3.2 OUTRAS FUNÇÕES DESEMPENHADAS**

#### **▪ De cariz profissional**

- Assistente Técnico na Caixa Geral de Depósitos, S.A., de 1993 a 2000, prestando serviço na DAJ-GAJ1 (Consulta Jurídica), com experiência, principalmente, nos Direitos Bancário, Comercial e Internacional Económico.
- Consultor do African Legal Support Facility, agência do Banco Africano de Desenvolvimento, para as PPP, em 2014/2015;
- Membro da UNECE PPP team of experts (UNECE International PPP Centre of Excellence), em 2014;
- Deputado à Assembleia da República e assessor do Governo na área das infra-estruturas rodoviárias e portuárias nas décadas de 80 e 90.
- Membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e membro do Conselho Superior da Magistratura, eleito pelo Parlamento, de 2003 a 2009.

#### **▪ Cargos Públicos**

##### **▪ De Eleição**

- Deputado à Assembleia da República em 1996/1999;
- Membro da Assembleia Municipal de Lisboa nos mandatos de 1985/1989, 1989/1993 e de 1993/1997, tendo sido Presidente da Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil no mandato de 1989/1993;
- Membro da Assembleia de Freguesia de S. João de Brito, Lisboa, nos mandatos de 1983/1985 e de 1997/2002/2013, sendo seu Presidente da Mesa, eleito para as funções de Vogal da Junta de Freguesia no mandato de 1983/1985;
- Membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa nos anos de 1982/1983 e de 1999/2000/2001.

##### **▪ De Nomeação**

- Adjunto do Secretário de Estado das Vias de Comunicação nos X e XI Governos, de 1986 a 1990, tendo exercido as funções de Chefe do Gabinete nas suas ausências e impedimentos;

- Adjunto do Secretário de Estado dos Transportes Exteriores no XI Governo, substituto do Chefe do Gabinete, em 1990;
- Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social no XII Governo, de 1994 a 1995, tendo exercido as funções do Chefe de Gabinete nas suas ausências e impedimentos.

#### 4. EXPERIÊNCIA ARBITRAL

- Membro da Lista de Árbitros do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa, desde 2012;
- Árbitro designado por uma construtora espanhola no âmbito de um litígio a propósito de uma SCUT nos Açores, em 2014/2015;
- Árbitro designado por uma empresa internacional de águas no âmbito de uma disputa que versa sobre o contrato de gestão das águas de Ourém, em 2014/2015;
- Assessoria arbitral a um grupo de empresas na dissolução contenciosa de uma PPP municipal para requalificação ambiental, em 2014/2015;
- Assessoria a empresa pública responsável pela gestão de um dos maiores portos nacionais em arbitragem relativa à prorrogação e regime de taxas de contrato de concessão de estaleiro de reparação naval, num valor estimado de € 5 milhões, em 2014;
- Assessoria a multinacional no sector da saúde, em processo arbitral instaurado pela Associação Nacional de Farmácias (ANF), com um valor estimado de € 60 milhões, em 2009/2014;
- Assessoria a diversas empresas de um dos maiores grupos de distribuição nacional numa arbitragem intentada pela Sociedade Ponto Verde relativamente à responsabilidade pela gestão de embalagens e resíduos de embalagens, em 2013/2014;
- Assessoria a empresa pública responsável pela gestão de um dos maiores portos nacionais num processo arbitral intentado pelo atual concessionário do Contrato de Concessão de Serviço Público do Terminal de Contentores de Santa Apolónia, com início em Dezembro de 2013 e ainda em curso;
- Assessoria a entidade pública no sector da saúde em processo arbitral relativo ao fecho de contas de contrato de PPP para gestão hospitalar, intentado pelo anterior gestor hospitalar, num valor estimado de € 50 milhões, de 2008 a 2013;
- Actuação enquanto “*expert mediator*” a duas multinacionais no sector da energia em processo de resolução de litígios – expert mediation - entre duas multinacionais do sector da energia, no âmbito do contrato designado Tolling Agreement para a produção de Gás Natural em Central de Ciclo Combinado, em 2013;
- Assessoria a multinacional do sector da energia, em processo arbitral intentado no contexto do contrato de construção do navio designado Batelão SACOR II, num valor estimado de € 10 milhões, em 2009/2011;
- Assessoria a entidade pública no sector da saúde em processo arbitral relativo ao pedido de reembolso a um gestor hospitalar em regime de PPP, no contexto de mecanismo de referência de utentes de unidades hospitalares do SNS, num valor estimado de € 1,5 milhões, em 2010;

## 5. PUBLICAÇÕES E CONFERÊNCIAS EM MATÉRIA ARBITRAL OU RELACIONÁVEL

- Articulista e colaborador assíduo, com vários artigos publicados, na revista especializada “*Transportes em Revista*”;
- Colaborador dos “*Cadernos de Justiça Administrativa*”;
- “Tratado de Lisboa Anotado e Comentado”, Almedina, Coimbra, 2012 (em co-autoria);
- “Novo Dicionário de Termos Europeus”, Alêtheia, Lisboa, 2011 (em co-autoria);
- “A Morosidade da Justiça”, Almedina, Coimbra, 2009 (em co-autoria);
- “Dicionário de Termos Europeus”, Alêtheia, Lisboa, 2005 (em co-autoria);
- Da Responsabilidade da Administração por Actos Ilícitos, in *Responsabilidade Extracontratual da Administração Pública*, coordenação de Fausto Quadros, Almedina, 1995 (1ª ed.), 2004 (2ª ed.);
- Direito do Mar (Sumários desenvolvidos de Direito Internacional e Direito do Mar – Parte II), AAFDL, 2003.
- Direito dos Conflitos Internacionais (Sumários desenvolvidos de Direito Internacional e Direito do Mar – Parte I), AAFDL, 2003;
- “Legislação de Direito do Mar”, Coimbra Editora, 2003;
- Cassandra e o artigo 268º, nº. 5. da Constituição – Anotação ao Acórdão nº. 556/00 do Tribunal Constitucional, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº. 35, Setembro/Outubro 2002;
- A “Segunda Revisão” da Convenção de Montego Bay ou o fim do *Mare Liberum*, in *Revista Jurídica da AAFDL*, nº. 24, Abril 2001;
- Dois textos de Direito do Mar, AAFDL, 1999;
- A Caminho da Plenitude da Justiça Administrativa, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº. 7, Janeiro/Fevereiro 1998 (em co-autoria);
- “Da Impugnação Contenciosa de Regulamentos Administrativos”, 1992 (tese);
- “Da Lei Orgânica na Constituição da República Portuguesa”, AAFDL, 1991;

## 6. IDIOMAS PROFISSIONAIS

- Português (língua materna);
- Inglês (fluência escrita e oral);
- Francês (fluência escrita e oral);
- Espanhol, Italiano, Alemão (conhecimento como línguas de trabalho)